

II. Deliberações

Câmara Municipal

- 1. Aprovação da ata n.º 40/2023, da reunião ordinária de 12 de junho de 2023.**

XIII MANDATO

ATA N.º 40/2023

Reunião ordinária pública de 12 de junho de 2023

Ao décimo segundo dia do mês de junho de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, no centro da juventude de Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo** (PS), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Bárbara Seco de Barros** (CDU). -----

Secretariou: Anabela Vieira Ferreira, Assistente Técnica da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

Para **conhecimento e informação** foi presente o **resumo da tesouraria referente ao dia 05 de junho de 2023**, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

1. Aprovação da ata n.º 39/2023, nos termos do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: Foi dispensada a leitura das atas, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021. Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Seco**, que informou que não iria fazer parte da votação, por não ter estado presente na última reunião. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e**

dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa, que estiveram presentes na reunião de 29 de maio. ---

2. **Regimento da Câmara Municipal de Braga.** Foi apresentada a seguinte proposta: "Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta do Regimento da Câmara Municipal de Braga, nos termos da alínea a) do artigo 39.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, e no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação, tudo de acordo com os documentos que se anexam." **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa.**-----

3. **Desafetação de parcela de terreno do domínio público municipal, que faz parte do limite do passeio localizado na Travessa do Bonfim da União das freguesias de Braga (São José de Lázaro e São João do Souto).** Foi apresentada a seguinte proposta: "Submete-se, para apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de 4.40m², que faz parte do limite do passeio localizado na Travessa do Bonfim da União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), melhor identificada na planta constante do processo, para posterior alienação a Paulo Jorge da Costa Pinheiro, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, na sua redação atual. (Tem proposta que aponta no sentido de que a prossecução é de interesse público.)" Tomou a palavra o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que referiu que existe uma questão de dois atos jurídicos, o ato da passagem de um bem do domínio público para o domínio privado, e a venda de um bem supostamente do domínio do Município. De seguida, afirmou que, através dos documentos que foram dispensados, percebe-se um interesse do domínio privado, mas que não é o domínio privado que dita a desafetação, mas sim o interesse público.

Prosseguiu para afirmar que hoje existe uma justificação que é compreensível e atendível na maioria dos casos que chegam à Reunião do Executivo, nomeadamente as parcelas de terreno que sobram e servem para a contagem final dos loteamentos quando há entrega de parcelas ao domínio público, não sendo este o caso, sendo que aqui se está perante uma área urbanizada, sendo questionável, pois é uma rua com passeios demasiado estreitos, onde não passa uma cadeira de rodas ou um carrinho de bebé, existindo apenas uma pequena parte onde esse passeio ganha alguma dimensão, que devia ser todo o passeio. De seguida, referiu que não há nada que justifique esta desafetação, a não ser que haja uma reorganização e uma requalificação daquela urbanização e que, mesmo na justificação dada, há gastos injustificados do município, que seriam aceitáveis nas situações onde seja necessário limpar partes de terrenos em urbanizações ou na presença de vivendas, o que não se aplica ao caso, não se vislumbrando interesse público que justifique esta desafetação pelo que não poderia votar a favor. **Deliberado aprovar por maioria e remeter à aprovação da Assembleia Municipal, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, a abstenção da Vereadora da CDU Bárbara Seco e os votos contra PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa.** -----

4. Contratos de comodato com Juntas de Freguesia. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, para posterior submissão à Assembleia Municipal, as minutas dos Contratos de Comodato, que constam do processo, ao abrigo do disposto nas alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea h do n.º 1 do artigo 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebrar com as seguintes Juntas de Freguesia: **a)** Contrato Comodato entre a Junta de Freguesia de Adaúfe; **b)** Contrato Comodato entre a União de Freguesias Crespos e Pousada; **c)** Contrato Comodato com a União de Freguesias de Este São Pedro e São Mamede; **d)** Contrato Comodato com a União de Freguesias de Vilaça e Fradelos; **e)** Contrato Comodato com a União de Freguesias de Fraião, Nogueira e Lamações; **f)** Contrato Comodato com a União de Freguesias de Lomar e Arcos; **g)** Contrato Comodato com a União de Freguesias de Lomar e Arcos; **h)** Contrato Comodato com a Junta de Freguesia de Pedralva; **i)** Contrato Comodato com a Junta de Freguesia de Real, Dume e Semelhe; **j)** Contrato Comodato com a União de Freguesias S. José de Lázaro e S. João do Souto.” **A Vereadora da CDU, Bárbara Seco,**

solicitou um esclarecimento relativamente ao facto de não estarem todas as escolas previstas na intervenção. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que informou que as titularidades dos imóveis ainda não estão todas no domínio do município. **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia municipal para aprovação.** -----

5. Oferta pública de aquisição de imóveis no âmbito da Estratégia Local de Habitação de Braga. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta relativa à oferta pública de aquisição de imóveis no âmbito da Estratégia Local de Habitação, tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que questionou quais as tipologias e o número de imóveis para aquisição, assim como o critério utilizado para a seleção dos agregados familiares. Tomou a palavra o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues**, que informou que estas tipologias e imóveis fazem parte de uma lista de 15 agregados concretos, que já estão identificados, referindo que serão mais os agregados a que terão de dar resposta, e que dará conhecimento de todos nas próximas reuniões. De seguida, tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Seco**, e referiu o conhecimento da aquisição de um T7 em Fraião, que a BragaHabit iria adquirir, não sabendo se essa aquisição já foi efetuada para residência partilhada, sendo uma necessidade imediata dos serviços. De seguida, felicitou por se ter tomado a opção de se proceder de forma desagregada, pois não ficará deserta de candidaturas por parte dos agregados. Refere ainda que irá acompanhar as propostas da Câmara Municipal e da BragaHabit à luz do que é necessário. De seguida, questionou a aquisição de terrenos para construção, e se há já alguma perspetiva para essa tipologia de habitação. Tomou a palavra o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, Vereador João Rodrigues** que referiu que internamente estão já a preparar a oferta pública de aquisição de terrenos, que irá decorrer, possivelmente, até ao final do Verão.” **Deliberado aprovar por maioria e remeter à aprovação da Assembleia Municipal, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, da Vereadora da CDU Bárbara Seco e com abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa.** -----

6. CPE.27.20. DMOSM – Empreitada “Requalificação da Escola Básica de Figueiredo” - Prorrogação de prazo. Foi apresentada a seguinte proposta: “Propõe-se a aprovação, pela Câmara Municipal, da prorrogação de prazo da empreitada em epígrafe, pelo período de 61 dias, prevendo o término da mesma até 29/08/2023, nos termos da informação técnica do gestor do contrato, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco.** -----

7. Empreitada: "Eu já passo aqui! - Lote 6" - Modificação objetiva n.º 3. Foi apresentada a seguinte proposta: “Propõe-se a autorização, pela Câmara Municipal, para a execução dos trabalhos complementares, no valor global de 45.872,78 + IVA, a aprovação da supressão de trabalhos no valor de 38.899,62€ + IVA, a aprovação da prorrogação do prazo por 15 dias, a minuta do aditamento ao contrato, bem como da lista de decisão de Erros e Omissões da empreitada em epígrafe, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” Tomou a palavra o **Vereador Artur Feio** que informou que o PS votaria contra, devido ao resvalar do prazo, tal como a verba que será gasta neste projeto que considera não ser normal. **Deliberado autorizar e aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, com a abstenção da Vereadora da CDU, Bárbara Seco, e com votos contra dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa.**-----

8. Informação relativa ao auto de vistoria ao prédio sito na Rua de Correia, freguesia de Esporões (art.º matricial urbano 196.º), para efeitos do previsto no n.º 5 do artigo 46.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) relativo a prédios urbanos em ruínas (I/47469). Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o processo em epígrafe, tendo em vista a confirmação do estado de conservação do imóvel. Segundo informação

técnica prestada pelos mesmos serviços, que consta dos documentos que constituem o processo, o prédio encontra-se em ruínas.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

9. Informação relativa ao auto de vistoria ao prédio sito na Avenida do Cávado, União das freguesias de Real, Dume e Semelhe (art.º matricial 461.º), para efeitos do previsto no n.º 5 do artigo 46.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) relativo a prédios urbanos em ruínas (I/44960). Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o processo em epígrafe, tendo em vista a confirmação do estado de conservação do imóvel. Segundo informação técnica prestada pelos mesmos serviços, que consta dos documentos que constituem o processo, o prédio encontra-se em ruínas.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

10. Informação relativa ao auto de vistoria ao prédio sito na Rua da Cachada, União das freguesias de Real, Dume e Semelhe (art.º matricial urbano 282.º e artigo matricial rústico 266.º), para efeitos do previsto no n.º 5 do artigo 46.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) relativo a prédios urbanos em ruínas (I/45001). Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o processo em epígrafe, tendo em vista a confirmação do estado de conservação do imóvel. Segundo informação técnica prestada pelos mesmos serviços, que consta dos documentos que constituem o processo, o prédio encontra-se em ruínas.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

11. Informação relativa ao auto de vistoria ao prédio sito no Lugar de Serrão, Valadinhas ou Valinhas, União das freguesias de Real, Dume e Semelhe (artigo matricial urbano 392.º), para efeitos do previsto no n.º 5 do artigo 46.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) relativo a prédios urbanos em ruínas (I/47255). Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o processo em epígrafe, tendo em vista a confirmação do estado de conservação do imóvel. Segundo informação técnica prestada pelos mesmos serviços, que consta dos documentos que constituem o processo, o prédio encontra-se em ruínas.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

12. Informação relativa ao auto de vistoria ao prédio sito no Lugar de Serrão, Valadinhas ou Valinhas, União das freguesias de Real, Dume e Semelhe (artigo matricial urbano 395.º), para efeitos do previsto no n.º 5 do artigo 46.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI)

relativo a prédios urbanos em ruínas (I/47314). Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o processo em epígrafe, tendo em vista a confirmação do estado de conservação do imóvel. Segundo informação técnica prestada pelos mesmos serviços, que consta dos documentos que constituem o processo, o prédio encontra-se em ruínas.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

13. Informação relativa ao auto de vistoria ao prédio sito no Lugar de Serrão, Valinhas, Espessande ou Jogo da Bola, União das freguesias de Real, Dume e Semelhe, (artigos matriciais urbanos 196.º, 197.º e 198.º), para efeitos do previsto no n.º 5 do artigo 46.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) relativo a prédios urbanos em ruínas (I/47433). Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o processo em epígrafe, tendo em vista a confirmação do estado de conservação do imóvel. Segundo informação técnica prestada pelos mesmos serviços, que conste dos documentos que constituem o processo, o prédio encontra-se em ruínas.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

14. Protocolo de Cooperação a celebrar com a Associação Empresarial de Braga no âmbito dos apoios socioeducativos para a criação do programa “Voucher Educação” para os alunos do 1º ciclo do Ensino Básico da rede pública do concelho de Braga. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, ao abrigo do disposto nas alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º, alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea h) do n.º 1 do artigo 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as seguintes propostas: **a)** Aprovação da manutenção do programa Voucher-Educação e das respetivas regras de funcionamento, constante da minuta de Protocolo de Cooperação que constitui parte integrante da presente proposta; **b)** Aprovação/alocação ao mencionado programa da dotação de 230.000,00€ (duzentos e trinta mil euros), para o ano letivo de 2023/2024.” Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Seco**, que solicitou saber por que motivo é a Associação Empresarial de Braga a tratar destes Vouchers em particular, e se esta se trata de uma questão de política ou social, porque a Câmara Municipal tem concentrado a sua dimensão e intervenção na BragaHabit. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que indicou que os Vouchers pertencem ao Município e que a Associação Empresarial de Braga apenas faz a ligação com os agentes económicos, como está a acontecer no combate à pobreza energética. Referiu também que é a Associação Empresarial de Braga que realiza uma avaliação prévia, que os serviços podem precisar, onde são sinalizados os potenciais beneficiários, algo que aqui também.” **Deliberado aprovar por**

unanimidade. -----

15. **Acordo de colaboração entre o Município de Braga e a Ridemovi Portugal Unipessoal, Lda., para a instalação e operação de sistema de partilha de trotinetes, ciclomotores e velocípedes a motor elétrico.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o acordo de colaboração entre o Município de Braga e a Ridemovi Portugal Unipessoal, Lda., para a instalação e operação de sistema de partilha de trotinetes, ciclomotores e velocípedes a motor elétrico, de acordo com documentos constantes no processo.” Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que aludiu que esta proposta vai ao encontro de toda a estratégia de mobilidade defendida pelo PS, mas que julga haver algumas questões que deveriam ser acauteladas pela empresa. De seguida, referiu, sobre as bicicletas, que não existirá problemas pois para que o utilizador deixe de ser cobrado, deverá arrumar as mesmas nos locais, mas que as trotinetes são um problema, pois surgem espalhadas pela cidade e esta questão deve ser acautelada junto da empresa, de modo a perceber se vão fazer a recolha e a acomodação dessas. De seguida, referiu que há um problema de não utilização de capacetes ou qualquer tipo de proteção por parte dos utilizadores de trotinetes, o que tem causado idas recorrentes às urgências do hospital, e, apesar de não defender uma regulamentação excessiva, sugere que haja uma ação pedagógica, por parte da Câmara Municipal, para a utilização destes equipamentos e dos riscos associados, sendo, contudo, totalmente favorável à sua disponibilidade na cidade. Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Seco**, que referiu que além das trotinetes, esta empresa opera também com bicicletas, questionando se as empresas que já operam no concelho apenas com trotinetes se vão manter dessa forma. Questionou também se existe algum estudo que comprove se será necessário apostar em mais trotinetes no concelho, tendo em conta a regulamentação da circulação e se existem resultados ou algum feedback desde que a primeira empresa do concelho começou a operar. De seguida, aludiu a importância de perceber se as empresas que já estão a operar no concelho conseguem dar resposta suficiente, pois pode-se criar mais dificuldades do que soluções para este problema. Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Olga Pereira**, que referiu que o relacionamento que o município com as empresas tem vindo a ser afinado, desde que começaram a circular as trotinetes em Braga, e que tem a informação de que houveram problemas de circulação na cidade, mas que já estes já lhe parecem mitigados. Prosseguiu para afirmar que as trotinetes estão dotas de um dispositivo de GPS, que indicam por onde estão a circular, através de informações das empresas e referiu que, desde setembro do ano passado, os estacionamento foram mais regulados com a obrigatoriedade de o veículo estar

devidamente estacionado para terminar a viagem e para que seja desligado, algo que acontece nos locais onde há Hotspots. Referiu ainda que estão a ser criados novos Hotspots formais, destinados a uma área mais alargada, para evitar estacionamento indevidos. Referiu também que tem conhecimento, através dos operadores, que houveram problemas de vandalismo graves em relação às trotinetes, mas que na última reunião com os operadores lhe foi transmitido que essa situação está bastante mitigada. Referiu também que as trotinetes não podem circular nas zonas pedonais, porque se desligam automaticamente e que o uso de trotinetes privadas é mais difícil de controlar. De seguida, referiu, no que diz respeito à utilização das trotinetes, que o número é variável, sendo que são os operadores que controlam a procura e quando percebem que a mesma diminui, retiram alguns dos equipamentos de circulação. Toma a palavra o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que referiu ser um utilizador de trotinetes, indicando que o grave problema dos utilizadores de trotinetes em Braga é a questão do piso, afirmando que concorda com o que foi dito pela Vereadora Olga quando mencionou que as trotinetes devem circular na via pública, mas que em Braga estas são essencialmente em paralelo, constituindo um perigo considerando o tamanho das rodas destes meios de transporte, sendo um dos motivos pelos quais as pessoas vão parar aos serviços de urgência. De seguida, referiu que concorda que ainda existe muita margem para crescer, e solicitou que sejam criadas vias para as trotinetes sem atritos na superfície. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

16. Minuta de contrato-programa com a Associação das Festas de São João de Braga. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a minuta do contrato-programa a celebrar entre o Município de Braga e a Associação de Festas de S. João de Braga, no valor de 50.000,00€, tudo de acordo documentos constantes do processo.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à aprovação da Assembleia Municipal** -----

17. Respostas socioeducativas ao nível do fornecimento de refeições escolares e Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), destinadas às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, da rede pública do concelho de Braga | Protocolos de Colaboração. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, para aprovação do Executivo Municipal, as seguintes propostas, ao abrigo das alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação: **a)** Aprovação da despesa no valor estimado de 3.652.000€, sendo 1.328.000€ a suportar em 2023 e 2.324.000€ relativos a 2024 referentes ao Fornecimento de Refeições Escolares e das Atividades de Animação e Apoio à Família na Educação

Pré-Escolar para o ano letivo 2023/2024. **b)** aprovar a relação de entidades parceiras e respetivos serviços a prestar, de acordo com o descrito no quadro anexo. **c)** aprovar, nos termos do previsto na resolução hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração dos protocolos para o serviço de refeição escolar e Atividades de animação e apoio à Família de acordo com as minutas em anexo.” Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Seco**, que referiu, sobre a rede geral de distribuição, problemas que aconteceram numa escola neste ano letivo, cujo serviço de refeições é feito por uma associação criada para o efeito, bem como todos os problemas que são do conhecimento dos vereadores, e que, segundo consta, ficaram resolvidos e regularizados, questionando, de seguida, se o município está atento e a fazer os devidos procedimentos para compreender em quem as Juntas de Freguesia delegam eventualmente esta questão. Referiu ainda, relativamente a uma associação, que dada a gravidade do que ali aconteceu, julga que a confiança nesta associação que lucrou ilegalmente, cobrando valores indevidos às famílias daquela escola durante vários anos, não deveria ser renovada, apesar de ser uma decisão da Junta de Freguesia, ainda que compreendendo que esta situação já esteja regularizada e que o Município não tenha motivos para desencorajar esta renovação, julgando ser importante o acompanhamento para evitar situações como a que aconteceu nessa, porque a informação não chegou ao pelouro da educação, sendo que a fiscalização é uma competência do município e a última responsabilidade é da Câmara Municipal. De seguida, sobre as atividades de apoio à família, referiu que, ao consultar o Decreto-Lei 21/2019, de 30 de junho, que sofreu já várias alterações, notou que não houve alterações ao artigo 39.º, que diz respeito à transferência de competências em matéria de educação para o município, entidades intermunicipais, AEC, AAAF E CAF - 1º ciclo, solicitando esclarecimentos sobre o motivo pelo qual esta responsabilidade não está atribuída ou se há algum impedimento, por exemplo, que decorra da própria lei, dando como exemplo o impedimento por via orçamental e do orçamento de estado, que não preveja que esta situação das CAFS, seja de facto efetivada e cumprida pelos municípios. De seguida, referiu que é importante esclarecer e incluir junto da tutela, se assim for, porque é necessário atualizar essa responsabilidade e garantir que ela é cumprida. Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Carla Sepúlveda**, que esclareceu que as CAFS não são da responsabilidade dos agrupamentos, mas são parceiros. Referiu ainda não ter presente o artigo 39.º, mas que o iria consultar para que oferecer esclarecimentos na próxima Reunião de Executivo.

Deliberado aprovar por unanimidade. -----

18. Apoios financeiros – contratos-programa de desenvolvimento desportivo 2022/2023.

Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, a aprovação dos seguintes contratos-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com o Município de Braga 2022/2023, nos termos enunciados do n.º 1 e alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: **a)** ADEP-Associação Desportiva de Escaladores de Braga, no valor 494,00€, que tem como finalidade o pagamento das inscrições de 6 atletas, dos diferentes escalões de formação e um treinador na Federação Promotora de Montanhismo e Escalada; **b)** Associação Juvenil de Karaté Portugal, no valor de 3.344,00€, que tem como finalidade o pagamento das inscrições e do seguro, na Federação Nacional Karaté Portugal, de 152 atletas dos escalões de formação (Juniões, Juvenis, Cadetes, Iniciados e Infantis), dos dois clubes bracarenses - Clube de Karaté Wado Braga e Escola de Karaté Dom Diogo de Sousa; **c)** Smiling Dragon Associação Karaté, no valor de 541,00€, que tem como finalidade de apoiar as áreas de formação, fomento e sensibilização para a modalidade Karaté, procedendo ao pagamento das inscrições dos atletas do concelho de Braga na respetiva associação da modalidade, tendo como finalidade competir nas provas associativas e federadas.”

Deliberado aprovar por unanimidade. -----

19. Apoio Financeiro - Contrato de dinamização cultural. Foi apresentada a seguinte proposta:

“Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, o contrato de dinamização cultural, que tem por objeto a atribuição de um apoio financeiro à Banda Musical Associação Cultural, Musical, Artística e Recreativa, no valor de 15.000,00€, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

20. Contrato Interadministrativo de delegação de competências – Freguesias. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com a União das Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, para execução da obra denominada “Trabalhos de Manutenção no Edifício do J.I. de Frossos, no valor de 31.708,09€.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à aprovação da Assembleia Municipal.** -----

21. Atribuição de apoios financeiros – Freguesias. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submetem-se à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual: **a)** Freguesia de Palmeira, no valor de 1500,00€, para o 20.º Circuito de Palmeira/Prémio Peixoto Alves; **b)** Freguesia de Sequeira, no valor de 1.700,00€, para apoio na utilização do pavilhão com os programas municipais Diabetes em Movimento e Bragativa; **c)** Freguesia de Mire de Tibães, no valor de 3 100,00€, para apoiar a obra de “Colocação de um abrigo de passageiros, junto à entrada do Grupo Casais, na Rua do Carrascal” - I/46910; **d)** União de Freguesias de Cabreiros e Passos (S. Julião), no valor de 5 513,27€, para apoiar a obra de “Remodelação de passeios junto à escola EB 2,3 de Cabreiros”; **e)** União de Freguesias de Este (S. Pedro e S. Mamede), no valor de 8 088,56€, para apoiar a obra de “Pavimentação (em parte) do Caminho da Fonte Cova e da Rua da Rola – Este (S. Mamede)”; **f)** Apoio financeiro a cada uma das seguintes freguesias, que tem por objeto apoiar o fornecimento de hipoclorito para as piscinas, no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros): União de freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, União de freguesias de Real, Dume e Semelhe, União de freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos, Freguesia de Lamas, União das freguesias de Ferreiros e Gondizalves, União das freguesias de Arentim e Cunha, União das freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião, Freguesia de Padim da Graça, União Reunião ordinária pública de 2023/06/12 Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos das freguesias de Nogueiró e Tenões, freguesia de Sobreposta e União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações. **g)** Junta de Freguesia de Sequeira, no valor de 11 707,48€, para apoiar a obra de “Requalificação do tanque público dos Caleiros e envolvente – Rua de Pousada- (Reforço de verba)”. **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à aprovação da Assembleia Municipal.** -----

22. Proposta de atribuição de apoio financeiro à ARCUM – Associação Recreativa e Cultural Universitária do Minho. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, a proposta de atribuição de apoio financeiro à ARCUM – Associação Recreativa e Cultural Universitária do Minho, no valor de 2.000,00€ (dois mil euros), para a realização do XXXII FITU Bracara Augusta - Festival Internacional de Tunas Universitárias.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

23. Outras isenções/reduções/taxas. Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: **a)** Dos n.ºs. 1 e 2 do artigo H-1/16.º e artigo H-1/17.º, mapa em anexo; **b)** Do n.º 1, alínea c) Do artigo H-2/5.º, mapa em anexo. **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter para conhecimento da Assembleia Municipal.** -----

24. Regulamento do Programa de Apoio à Aquisição de Bicicletas e Acessórios -Início de procedimento. Foi apresentada a seguinte proposta: “Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar o início do procedimento de criação de um regulamento de apoio à aquisição de bicicletas e acessórios, nos termos do disposto no artigo 98.º do CPA, com a fundamentação constante do processo.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que questionou se este apoio é acumulativo, paralelo ou coordenável com o que já existe do ponto de vista nacional. De seguida, referiu que já existe um apoio do estado central, relativamente à aquisição destas bicicletas, solicitando esclarecimentos. Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Olga Pereira**, que referiu que não é possível controlar os apoios que o estado dá, mas que farão constar no regulamento um termo de responsabilidade que o requerente deverá assinar indicando que não teve outros apoios por parte do município, considerando que não faz sentido que uma mesma pessoa seja apoiada mais do que uma vez. Tomou a palavra **Vereador do PS, Artur Feio**, que aludiu que este é um apoio sobre um apoio e que o próprio município não terá grande controlo da situação e que será gasto o mesmo dinheiro duas vezes. Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Olga Pereira**, que aludiu que será lançada uma discussão pública onde serão analisadas as sugestões. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

25. Programa Municipal de Voluntariado Jovem – Voluntaria-te. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à apreciação e aprovação do Executivo Municipal, proposta referente ao Programa Municipal de Voluntariado Jovem – Voluntaria-te, devidamente enquadrado no âmbito da legislação em vigor, designadamente a Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, a qual consagra as Bases do Enquadramento Jurídico do Voluntariado, e o Decreto Lei n.º 389/99, de 30 de setembro, que regulamenta a Lei n.º 71/98, estando previsto um montante máximo de despesa de até 20.000,00€.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, que questionou quais as tarefas que estão associadas a este programa e se estas têm a ver com o programa de apoio às piscinas que havia no verão e com todas as dificuldades em arranjar mão de obra e colmatar essa mesma lacuna. De

seguida, questionou se, ainda que não seja uma questão da responsabilidade do município, os serviços financeiros vão atribuir uma bolsa a cada jovem pelo trabalho voluntário e como será a justificação contabilística do pagamento aos jovens, porque para as idades que estão pensadas não existe o direito a recibos verdes. Tomou a palavra a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Sameiro Araújo**, que afirmou que este programa não é para substituir mão de obra, porque este ano, pela primeira vez, vão ser contratados assistentes operacionais e assistentes técnicos por um período limitado, precisamente para dar resposta às necessidades. Este programa de voluntariado será para determinados tipos de animações em piscinas, em campos desportivos e outras atividades que sejam solicitadas pelos diversos pelouros, tratando-se verdadeiramente de voluntariado. Tomou a palavra o **Diretor de Gestão Financeira Municipal, Sandro Louro**, que explicou, sobre a questão financeira, que o próprio diploma prevê um cartão de subsídio diário de refeição para ajudar e que o pagamento que é feito é enquadrado com base nessa abertura da própria lei, permitindo que seja feito como despesa. De seguida, referiu que há um registo de presenças do jovem, que é validado pelos responsáveis e depois remetido para os serviços financeiros, mas que previamente é assegurado pela área financeira, através de um cabimento e compromisso da despesa. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

26. Normas da 2.ª edição do “Young White Night Music”, projeto inserido na “Noite Branca 2023”. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, as normas concursais da 2.ª edição do “Young White Night Music”, projeto inserido na “Noite Branca 2023”, nos termos das competências previstas na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual versão, tudo de acordo com os documentos constantes da proposta.” **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Moraes de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e da vereadora da CDU, Bárbara Seco.** -----

27. Propostas relativas ao evento “Noite Branca” – 2023. Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, e de acordo com os documentos que constituem

o processo as seguintes propostas relativas à Noite Branca de Braga -2023: **a)** Nomeação do júri para a hasta pública do evento; **b)** Anúncio e normas relativas à Hasta Pública para adjudicação do direito de exploração de 9 contentores e 5 quiosques de vendas de bebidas, a colocar em vários pontos da cidade; **c)** Normas relativas à Hasta Pública para adjudicação do direito de exploração de 2 Praças Alimentares na área denominada de “Street Food” localizadas no Campo das Carvalheiras, Avenida Central e Praça do Comércio e Largo do Pópulo.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que referiu ter grandes dúvidas quanto aos potenciais ganhos do comércio tradicional na zona histórica onde essencialmente incide esta noite branca, e que a experiência própria que tem, relativamente a este evento, é exatamente o contrário, havendo uma perda por parte do comércio tradicional, sublinhando que não se refere às barraquinhas, pois essas sim ganham muito, mas sim ao comércio tradicional, essencialmente a restauração. De seguida, referiu que, pela sua experiência prática e empírica, e em conversa com vários proprietários da restauração, é que tanto a Noite Branca, como a Braga Romana, são épocas de pesadelo para as empresas porque fazem diminuir drasticamente o ganho das mesmas, pois os clientes tradicionais deixam de ir, pois não há estacionamento, há demasiada confusão para circular, e aquilo que os leva a ir jantar ao centro histórico deixa de existir. Questionou ainda se existe algum estudo que sustente as afirmações feitas nos jornais pelo Presidente de que há um ganho económico. Tomou a palavra o **Sr. Presidente** que referiu, sobre a realidade do comércio local, que é uma questão de perspetiva, referindo que com as pessoas com quem tem falado, possui uma opinião diferente. Referiu também que agora há maneiras, do ponto de vista formal, de atestar isso mesmo, como a UNICRE e a SIBS, que registam os dados sobre os movimentos e pagamentos em cada localização, em cada dia e quase em cada hora, e fornecem os mesmos, permitindo uma comparação entre o que é um fim de semana em que há um evento e aqueles em que não há. Continuou para afirmar que o que se tem demonstrado é que os valores que têm sido apresentados pelo Município são corroborados por essas entidades e que esses valores não incluem os gastos nas “barraquinhas”, pois não são pagos por multibanco ou por cartão de crédito. **Deliberado aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Altino Bernardo Lemos Bessa, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais de Macedo, Artur Jorge Oliveira Feio, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Sílvia Cristina Conduto de Sousa e da**

Vereadora da CDU, Bárbara Seco. -----

28. **Aprovação da ata em minuta. Deliberado aprovar por unanimidade**-----

Foram propostos, pelo Presidente da Câmara, os seguintes votos de louvor: -----

--- **Voto de louvor à atleta Bracarense Sara Rocha**, que conquistou a medalha de bronze no campeonato da Europa de Pool Feminino, realizado na Finlândia, no dia 10 de junho, e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades da atleta de elite, caraterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

--- **Voto de louvor ao atleta José Abílio Gonçalves**, acompanhado por Paulo Correia, que se sagrou campeão Nacional Individual Absoluto, na classe BC3 em prova que decorreu em Coimbra no dia 03 de junho, e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades da atleta, caraterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo a todos os bracarenses. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

--- **Voto de louvor ao atleta Domingos Vieira**, acompanhado por José Manuel Teixeira, que se sagrou Campeão Nacional Absoluto, na classe BC4, em prova realizada em Coimbra, no dia 03 de junho, e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades do atleta, caraterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo a todos os bracarenses. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

--- **Voto de louvor à equipa do Sporting Clube de Braga de Futebol sub-23**, que conquistou a Taça Revelação sub-23 de futebol, em jogo realizado no Estádio Nacional, em Oeiras, no dia 07 de junho, título que vem valorizar e reforçar as qualidades dos atletas, caraterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo a todos os bracarenses. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

--- **Voto de louvor à equipa de Futebol dos Iniciados do Sporting Clube de Braga**, que conquistou a Campeonato Nacional da Segunda Divisão, título que vem valorizar e reforçar as qualidades dos atletas, caraterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo a todos os bracarenses. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

---- **Voto de louvor à equipa de Futsal Feminina do CDRC TEBOSA**, que subiu à Primeira divisão Nacional de futsal Feminino, título que vem valorizar e reforçar as qualidades das atletas, caracterizadas por um enorme carácter e perseverança, motivo de júbilo, bem como ao **CDRC TEBOSA** pela promoção do desporto feminino. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

---- **Voto de louvor aos vencedores da Fase Nacional das Olimpíadas de Química Júnior**, equipa do Colégio Dom Diogo de Sousa, formada pelos alunos José António Figueiredo, Tomás Cadillon e Pedro Oliveira, vencedores da medalha de ouro da final nacional das Olimpíadas de Química Júnior 2023, realizada na escola de Ciências da Universidade do Minho, e ao Colégio Dom Diogo de Sousa e aos seus professores pela perseverança e trabalho académico. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

-----**OUTROS ASSUNTOS**-----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura a outros assuntos. -----

----- Iniciou o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que referiu que no passado mês encerrou o festival internacional de programas de rádio e peças radiofónicas, realizado na Croácia, onde a bracarense Sofia Saldanha ganhou o grande prémio de peças curtas, considerando que devia ser enaltecido. Em resposta, o **Presidente da Câmara** referiu que irá remeter aos serviços para que possam fazer o enquadramento desta proposta. -----

----- De seguida, interveio o **Vereador do PS, Artur Feio**, que referiu a anunciada saída do Diretor Artístico do Theatro do Circo, e que, segundo as notícias, houve um suposto acordo, solicitando saber quais os valores da indemnização paga a esse colaborador. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, que informou que não poderia responder pois não sabia os valores concretos, precisamente porque teve várias componentes, mas que foi uma rescisão amigável, dentro dos valores legais, sendo um valor devidamente aprovado que seria especificado logo após a reunião. -----

----- De seguida, tomou a palavra o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, que questionou a existência de uma planificação antecipada feita pelo município, para a receção dos cerca de 9 mil jovens que chegarão no dia 30 de junho, em cerca de 200 autocarros, aos que se irão juntar cerca de 4 mil bracarenses, o que significa que se juntarão entre 13 a 14 mil jovens para as celebrações das Jornadas da Juventude. Questionou também se existem medidas para mitigar o transtorno que irá causar aos cidadãos bracarenses. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, que informou que um mês antes desse evento, inicia-se, em Braga, a 1ª Edição do “Dance World Cup” e que durante quase 10 dias

vamos ter na cidade cerca de 30 mil pessoas, um número muito superior àquele que as Jornadas da Juventude vão trazer à cidade, e que Braga está preparada para acomodar essa logística, considerando não ser necessário nenhum preparativo especial. -----

----- De seguida, tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Seco**, que referiu que a obra da Avenida já iniciou a primeira fase e questionou quando iniciará a segunda. Em resposta, a **Vereadora da Coligação Juntos por Braga, Olga Pereira**, esclareceu que esta primeira fase terá uma duração de três meses e que a segunda fase se irá sobrepor parcialmente a esta, pois iniciará antes do final desses três meses. -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- Pelo **Presidente da Câmara** foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- A **cidadã Maria Teresa Ferreira da Silva** iniciou por salientar que na última reunião com o arquiteto Nuno Monteiro e a Arquiteta Alexandra, quando foram visitar a obra em questão, lhe confirmaram que continuava a haver certas inconformidades, como o não cumprimento do distanciamento mínimo, e o facto de a construção estar em cima do seu muro. De seguida, referiu que o aterro que está previsto lhe irá tirar completamente a privacidade, citando que comprou uma moradia, tendo a sua privacidade e a da sua família com o principal objetivo. Referiu ainda que em reunião com o Arquiteto Nuno Monteiro lhe foi transmitido que este não teria poder para resolver a situação, dando o erro como tendo sido cometido aquando da aprovação da alteração do loteamento, que infringe regras do PDM, e que, por isso, a solução não passa por ele, mas sim por entidades superiores, questionando quem é o responsável. Solicitou ainda uma resolução do problema com a maior brevidade possível, afirmando sentir-se bastante afetada psicologicamente com toda esta situação. Tomou a palavra o **Vereador da Coligação Juntos por Braga, João Rodrigues**, que, em resposta, indicou que percebeu perfeitamente tudo o que foi exposto, e sendo esta uma reunião pública, convinha contextualizar todos os passos que a Câmara Municipal deu até à altura. Houve uma denuncia antes de fevereiro de 2022 e o município deslocou-se à obra através dos serviços de fiscalização e na altura não se constatou qualquer incompatibilidade entre aquilo que estava a ser feito e o que estava licenciado. De seguida, referiu que o problema se coloca, como foi dito, ao nível do licenciamento e garantiu que tudo foi feito dentro de todos os meios legais que o município possa fazer uso e neste tipo de situações é o primeiro interessado que a legalidade seja respeitada, porque a lei prevê soluções para este tipo de situações. Tomou a palavra o **Vereador do PS, Artur Feio**, que referiu ter em sua posse uma série de documentos pouco esclarecedores sobre este licenciamento e pede ao município que esta obra seja

suspensa até esclarecimento e resolução da situação. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** que garantiu que os serviços irão fazer o que estiver ao alcance para garantir a legalidade da situação com a maior brevidade possível. -----

----- Não havendo nada mais a tratar, o **Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

ENCERRAMENTO: Às 10h e 55m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Anabela Vieira Ferreira, assistente técnica da Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----